

O Santuário Nacional de Aparecida e o Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972

Janaina Martins Cordeiro¹

Mathews Mathias²

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a participação da Igreja Católica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, a partir da atuação do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A ideia é refletir sobre a participação da cúpula católica nos festejos da Independência para além da noção de “batalha pelo patriotismo” que, segundo Kenneth Serbin, envolveu bispos e militares no contexto da festa mais popular da ditadura. Assim, o artigo destaca as aproximações entre o clero do Santuário Nacional e o governo Médici em nome de um imaginário cívico-patriótico que, de alguma forma, estava sintetizado na imagem da padroeira do Brasil e ajudou a compor o consenso social em torno da ditadura civil-militar, justamente no momento de maior repressão.

Palavras-chave: Igreja Católica; Sesquicentenário da Independência; Aparecida; consenso; ditadura civil-militar.

The National Sanctuary of Aparecida and the Sesquicentenary of Brazil's Independence in 1972

Abstract: The aim of this article is to understand the Catholic Church's participation in the celebrations of the Sesquicentenary of Brazil's Independence in 1972, based on the work of the National Shrine of Our Lady of the Conception of Aparecida. The idea is to reflect on the participation of the Catholic leadership in the Independence celebrations beyond the notion of a “battle for patriotism” which, according to Kenneth Serbin, involved bishops and the military in the context of the most popular festival of the dictatorship. Thus, the article highlights the rapprochement between the clergy of the National Shrine and the Médici government in the name of a civic-patriotic imaginary

¹Professora Adjunta de História Contemporânea do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense -UFF. É bolsista Produtividade do CNPq, nível 2 e Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj.

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

that, in some way, was synthesized in the image of the patron saint of Brazil and helped to compose the social consensus around the civil-military dictatorship, precisely at the time of the greatest repression.

Keywords: Catholic Church; Sesquicentenary of Independence; Aparecida; consensus; civil-military dictatorship.

El Santuario Nacional de Aparecida y el Sesquicentenario de la Independencia de Brasil en 1972

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender la participación de la Iglesia Católica en las celebraciones del Sesquicentenario de la Independencia de Brasil en 1972, a partir del trabajo del Santuario Nacional de Nuestra Señora de la Concepción de Aparecida. La idea es reflexionar sobre la participación de la dirigencia católica en las celebraciones de la Independencia más allá de la noción de "batalla por el patriotismo" que, según Kenneth Serbin, involucró a obispos y militares en el contexto de la fiesta más popular de la dictadura. Así, el artículo destaca el acercamiento entre el clero del Santuario Nacional y el gobierno de Médici en nombre de un imaginario cívico-patriótico que, de alguna manera, se sintetizó en la imagen de la patrona de Brasil y ayudó a componer el consenso social en torno a la dictadura cívico-militar, precisamente en el momento de mayor represión.

Palavras clave: Igreja Católica; Sesquicentenario de la Independencia; Aparecida; consenso; dictadura cívico-militar

Recebido em 22/01/2024 - Aprovado em 04/04/2024

Introdução

Entre 1969 e 1974, o Brasil viveu um período de crescimento significativo da economia. Depois de apresentar números pífios desde 1962, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo, a taxa de inflação ficou entre 16% e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. O comércio exterior mais do que triplicou. Era o chamado “milagre” econômico, que foi rapidamente capitalizado pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto (PRADO & EARP, 2007, p. 207-208). É bem verdade que os anos do “milagre” também produziram concentração de renda e arrocho salarial, além de dívida externa impagável e hiperinflação, que cobraram seu preço à sociedade brasileira nos anos 1980. Porém, é inegável que, além do *boom* na economia, o país, “comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista” naqueles anos (AARÃO REIS, 2014, p. 81). Mais que isso, como observado por Janaina Cordeiro (2015,

p. 344), o período do “milagre” foi um “estado de espírito que, para além de colher os resultados de uma determinada política econômica, engendraram um clima de otimismo, como se finalmente o Brasil entrasse no grupo dos países civilizados”.

Os *slogans* das campanhas publicitárias oficiais, como “Este é um país que vai pra frente” e “ninguém segura esse país” davam o tom da atmosfera de otimismo que contagiava setores expressivos da sociedade e estimulavam uma inabalável fé no progresso do Brasil, o *país do futuro*. Mais que nunca, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) investiu na valorização da coesão e da integração nacional e em determinados valores que compunham certos aspectos da *brasilidade*, como a tolerância, a receptividade e hospitalidade do povo, a generosidade e a *democracia racial*. O país foi chamado a celebrar as suas “virtudes inatas” e a construir um Brasil grande, moderno e ordeiro (FICO, 1997, p. 19). Em larga medida, esse otimismo se refletiu nas comemorações pelo tricampeonato de futebol, conquistado em 1970, e no Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. Viviam-se, para muitos, um período de festa; da celebração de um *novo tempo* que teria sido inaugurado pela “revolução de 1964”.

Sem dúvida, foram *anos de ouro* para muitos, mas também *anos de chumbo* para não poucos. O Ato Institucional nº 5, editado em dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva, permitiu ao regime reestruturar-se internamente e aprofundar a *operação limpeza* iniciada logo depois do golpe. Assim, o aparato repressivo e de informação pôde se organizar melhor e se aperfeiçoou de maneira acelerada na caça aos seus inimigos. O direito ao *habeas corpus* foi suspenso, a censura tornou-se mais rigorosa e encurralou as oposições, que se viram mais acuadas com a tortura e os assassinatos que passaram a ocorrer sem qualquer obstáculo. A repressão também alcançou a Igreja Católica. Leigos sofreram com mortes e expulsões; dezenas de bispos e padres foram constantemente vigiados. O assassinato do padre João Paulo Bosco Penido Burnier³ e o sequestro de dom Adriano Hipólito⁴ são os exemplos mais conhecidos das arbitrariedades cometidas pela

³ Em outubro de 1976, o padre Burnier, acompanhou dom Pedro Casaldáliga numa visita à delegacia Ribeirão Bonito, a 300 quilômetros de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, para dar queixa das prisões e torturas sofridas por camponeses da região. Após uma discussão entre os religiosos e os policiais, um soldado acertou um tiro na nuca do padre Burnier. O crime foi denunciado por dom Pedro no boletim da diocese e mereceu reprimendas severas de dom Paulo Evaristo Arns, que cobrou a apuração do crime e disse que o padre “derramou seu sangue no contexto de luta contra a violação dos direitos humanos, em especial a tortura dos fracos e pequenos”. Cf. ESCRIBANO, Francisc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁴ No dia 22 de setembro de 1976, o bispo dom Adriano Hipólito foi sequestrado, espancado e abandonado despido e com o corpo pintado de vermelho num matagal em Jacarepaguá. Seu carro foi levado, em seguida, até as proximidades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

ditadura contra os religiosos. No entanto, durante o período de maior repressão, a Igreja Católica não recebeu só o *chumbo grosso* do regime. Pelo contrário, ao longo dos anos do “milagre”, a maior parte da hierarquia católica trabalhou pela manutenção da chamada “concordata moral” com os poderes constituídos, firmada em nome da resistência à aprovação do divórcio e das medidas de controle da natalidade (SERBIN, 2001, p. 413).

Além disso, como revelado por Kenneth Serbin (2001), não faltou diálogo entre os bispos e os militares.⁵ Aliás, foi justamente no contexto de maior tensão entre eles que se criou a Comissão Bipartite, um fórum secreto ao qual, a partir de 1970, representantes da Igreja e do Estado passaram a recorrer para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil. Mais que isso, a colaboração entre Igreja e Estado se manteve pública por meio de gestos simbólicos como a missa nacional pelo Sesquicentenário, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na praça da Sé, com a participação de cerca de 70 mil fiéis.

Kenneth Serbin (2001, p. 271-288) destacou intensas disputas em torno do patriotismo que envolveram o episcopado e os militares no contexto do Sesquicentenário da Independência. Especificamente, com relação à Igreja Católica de maneira mais ampla, em diversas oportunidades, os órgãos de informação notaram certa “má vontade” por parte de determinados membros do clero com relação às festividades do Sesquicentenário. Um relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), por exemplo, produzido em 1973, dava conta de que dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, “mantém uma sistemática oposição na PARAÍBA, aos atos cívicos religiosos, procurando tirar todo o brilho para sua realização” (Cf.: CORDEIRO, 2022, p. 372). Muitos também foram os casos de padres em suas pequenas paróquias denunciados por se recusarem a participar dos festejos ou mesmo por não darem a estes a devida centralidade.

na Glória, e destruído numa explosão. Cf. COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (Orgs.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

⁵ É importante ressaltar que a proximidade de Serbin com a cúpula da Igreja Católica trouxe algumas contradições para suas pesquisas, como a tentativa de reabilitação da figura de dom Eugênio Sales (1920-2012), tido até então como “o cardeal da ditadura” por apoiar publicamente uma série de iniciativas do regime militar. Para Serbin, o estilo discreto de dom Eugênio e sua estratégia de evitar o confronto e a oposição pública ao regime abriram caminho para negociações privadas capazes, até certo ponto, de limitar práticas repressivas. No entanto, essa versão é amplamente contestada por outros pesquisadores e, sobretudo, pelas vítimas da repressão que buscaram ajuda da arquidiocese do Rio Janeiro durante a ditadura. Para uma crítica sobre a memória a respeito de dom Eugênio Sales e do trabalho de Serbin, ver: SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 3, n. 2, 2011, pp. 203-216.

Não obstante, é importante observar que a maioria dos bispos não desencorajou o ufanismo que tomou conta de boa parte dos fiéis. Além da missa na praça da Sé, o desejo de colaborar com os festejos da Independência ficou expresso nas inúmeras cartas escritas por padres e bispos à Comissão Executiva Central (CEC), responsável pela organização das comemorações, com pedidos para que os despojos de dom Pedro I passassem pelas suas dioceses; nas orações pelo progresso do país; nas missas de ação de graças pelo triunfo da Pátria e, sobretudo, no lugar ocupado pela figura de Nossa Senhora Aparecida nas festividades.

Sob esse aspecto, consideramos a participação do Santuário Nacional nos festejos um importante exemplo das formas de consentimento de parte da hierarquia católica em relação à ditadura. Acreditamos que, a partir da atuação do clero de Aparecida, podemos analisar as maneiras a partir das quais os mais diversos segmentos da Igreja Católica reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, serviu como legitimação do governo. Portanto, a análise da participação do Santuário Nacional nas comemorações do Sesquicentenário nos permite compreender que, naquele contexto, nem toda a cúpula da Igreja Católica aderiu às críticas da CNBB ao regime. Pelo contrário, durante o Sesquicentenário, grande parte do clero também foi inebriado pelo clima de euforia e otimismo. É evidente que esta constatação não apaga a luta de religiosos e religiosas contra a ditadura; apenas questiona uma determinada memória que superestima a mudança de postura de parte da hierarquia católica em relação ao regime a partir do seu recrudescimento. Portanto, neste artigo, pretendemos aprofundar as ambivalências e as aproximações entre o clero de Aparecida com os governos militares em nome de um imaginário cívico-patriótico que, de alguma forma, estava sintetizado na imagem da padroeira do Brasil e ajudou a compor o consenso social em torno da ditadura civil-militar.

Batalha pelo patriotismo?

Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil que se realizariam em 1972 (BRASIL, 1971). Era o início dos preparativos da grande festa popular da ditadura. Em seguida, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Presidida pelo general Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de vários ministérios, além de importantes instituições da sociedade civil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conselho Federal de Cultura (CFC) – “um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares” (CORDEIRO, 2015, p. 11).

Assim, desde janeiro de 1972, grande era a expectativa para o início das comemorações, que apenas começaram oficialmente em 21 de abril, dia de Tiradentes, e foram encerradas somente no dia 7 de setembro. Os festejos teriam início com os chamados “Encontros Cívicos Nacionais”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país e que, segundo o presidente da CEC, Antônio Jorge Corrêa, seria um acontecimento inédito, que mobilizaria “todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972).

Ao longo de 1972, as mais diversas associações civis, em todas as regiões do país, buscaram marcar sua presença nas comemorações. O desejo de participação nos festejos também contagiou várias entidades religiosas e, naturalmente, a Igreja Católica, através da CNBB, anunciou sua intenção de colaborar com o programa oficial do Sesquicentenário. Afinal, como afirmou o *Jornal do Brasil*, no editorial “Igreja e Independência”, de 28 de janeiro de 1972, “qualquer celebração histórica, neste país, só será autêntica com a presença da Igreja” (*Jornal do Brasil*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). A ideia era realizar uma grande missa no Parque da Independência, em São Paulo, na presença de todo o episcopado nacional. Os preparativos para essa solenidade ficaram a cargo do arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns que, em sua alocação semanal na rádio “9 de Julho”, relembrou a influência da Igreja Católica na formação do povo brasileiro e fez uma homenagem a São Paulo, berço do país independente, coração econômico e expressão do progresso do *milagre brasileiro* (CORDEIRO, 2015, p. 53):

no sesquicentenário da Independência, temos a obrigação de lembrar que esta mesma independência não se proclamou em nossa cidade por mero acaso, e sim porque aqui se prepara um clima favorável à nossa nacionalidade e à Nação que iria ter um papel decisivo na história das Américas e no concerto das nações (*Correio Braziliense*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência)

Assim, de acordo com Kenneth Serbin (2001, p. 272), por ser uma festividade nacional, o Sesquicentenário dava à Igreja uma oportunidade de reforçar o catolicismo como religião semioficial do país, na medida em que os bispos acreditavam que a Igreja formava a base da nacionalidade brasileira.

Sob esse aspecto, a contribuição proposta pelo Santuário Nacional é bastante relevante. Até porque, antes mesmo que a CNBB manifestasse o seu desejo de participar das comemorações do Sesquicentenário, o clero de Aparecida já estava preparado para integrar os festejos (*O Estado de São Paulo*, 29 dez. 1971, p. 11). Ainda em dezembro de 1971, logo após a inauguração da Passarela da Fé,⁶ o arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira Macedo, convocou uma coletiva de imprensa para “levar ao conhecimento do público a celebração de um Ano Marial em Aparecida, durante todo o ano de 1972 por motivo do Sesquicentenário” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972).

Na entrevista, dom Macedo lembrava que o Brasil havia se tornado livre com a “benção de Deus e a proteção da Virgem da Conceição”, pois em 22 de agosto de 1822, dom Pedro I, a caminho de São Paulo, se deteve por alguns momentos para rezar diante da imagem milagrosa de Nossa Senhora em Aparecida. Nessa ocasião, o príncipe regente do Brasil teria prometido à santa que, se saísse bem diante “da luta fratricida que se prenunciava”, faria de Aparecida rainha do Brasil (MAIA, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida). No dia 7 de setembro, veio o “Grito do Ipiranga” e no dia 8, festa da Natividade da Virgem, dom Pedro I deu de presente à Aparecida “não mais uma simples colônia lusa, mas a Pátria brasileira” (Idem). Por isso, a Igreja Católica não poderia estar ausente nas comemorações do Sesquicentenário e o Santuário Nacional, como “maior centro religioso da nossa Pátria”, não poderia “deixar de estar à frente desse grande certame de fé e patriotismo” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972).

O programa proposto pelo Santuário ao longo do ano foi idealizado por dom Motta e previa o lançamento do Ano Marial no dia 1º de janeiro de 1972, com uma grande missa em “ação de graças pela Pátria e para implorar as bênçãos de Deus em favor do povo brasileiro”. Assim, no primeiro dia do ano, enquanto a sociedade brasileira ainda ouvia os ecos do discurso otimista de Médici em sua mensagem de Ano Novo, dom Macedo descia a Passarela da Fé em direção à Basílica Nova, carregando a imagem de Nossa Senhora Aparecida, à frente de milhares de fiéis. Era o momento de colocar no altar da padroeira as expectativas para um grande ano, no qual, segundo o programa do

⁶ Com 389 metros de comprimento e cerca de 35 metros de altura, a Passarela da Fé liga a Basílica histórica e o Santuário Nacional de Aparecida. A via foi inaugurada em 19 de dezembro de 1971, com a presença do então ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, que, junto ao governo militar, concedeu à passarela o status de interesse público e investiu recursos federais no empreendimento. Para uma análise mais aprofundada a respeito da construção da Passarela da Fé, ver: MATHIAS, Mathews Nunes. *Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)*. 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. p. 153-162.

Santuário, os devotos teriam um encontro marcado com a Virgem todos os sábados para rezar o terço pelo Brasil. Não mais para afastar o comunismo, como em 1964, mas para celebrar os *mistérios gloriosos* do crescimento econômico, das perspectivas de ascensão social, do *futuro* que parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos com as vitórias no esporte, as estradas e pontes se multiplicando e integrando as diversas regiões do país. Para este grande conagraçamento, dom Motta fez questão de incentivar todos os bispos a organizarem romarias oficiais à Aparecida até o ponto alto da festa que seria no dia 12 de outubro, dedicado à padroeira.

O Santuário desejava colaborar com o regime para que o Sesquicentenário se tornasse uma festa popular, pois entendia que o clero de Aparecida sempre “acompanhou com seu trabalho, quer na ordem espiritual, quer na ordem social e material, todos os acontecimentos e realizações, que levaram o Brasil ao atual estado de progresso e grandeza” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972). Por isso, em nome do cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, dom Antônio Macedo escreveu à CEC, em março de 1972, solicitando que o esquife com os despojos de dom Pedro I fizesse uma breve parada, “que seria no máximo de uma hora” em Aparecida, quando estivessem seguindo para Pindamonhangaba. A ideia era celebrar uma missa no Santuário Nacional “em sufrágio do príncipe e de todos aqueles que tomaram parte no glorioso acontecimento da nossa Independência” (Idem). Além disso, o arcebispo pediu ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que decretasse feriado nacional no dia 12 de outubro ao menos no ano do Sesquicentenário, em caráter excepcional. Dom Macedo garantia que todas as medidas de segurança ficariam a cargo da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) e do 5º Batalhão de Lorena, conforme entendimentos já feitos. A missa teria a presença de todos os bispos e demais clérigos da região.

A carta informava, ademais, que os eventos realizados na Basílica de Aparecida contavam com “aprovação e bênção” do papa Paulo VI e que a iniciativa do Santuário atendia a um desejo do presidente Médici, que teria expressado pessoalmente ao cardeal Motta, o intuito de emprestar maior relevo às comemorações do Sesquicentenário com as bênçãos da padroeira do Brasil (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972). Segundo o arcebispo coadjutor de Aparecida, uma breve parada no Santuário não alteraria quase em nada os pontos do rigoroso programa elaborado pela CEC e daria um cunho especial às comemorações, “visto ser Aparecida o centro propulsor da vida religiosa na pátria brasileira”. Para Dom Macedo, “a repercussão em todo o território nacional seria das mais favoráveis e significativas” (Idem). Assim, ganharia o Santuário com um número recorde de romeiros em Aparecida

e ganharia o governo com a celebração da festividade cívica, que mobilizava valores caros ao regime, como a religião, a hierarquia, o civismo, a moralidade e os *bons costumes*.

Nesse sentido, são muitos os aspectos que explicam a consonância entre a programação do Santuário Nacional para o Sesquicentenário e os festejos organizados pelo regime. Em primeiro lugar, tanto o clero de Aparecida quanto os militares apresentavam uma “história baseada na valorização dos grandes vultos nacionais; uma concepção de tempo linear, que unia passado, presente e futuro, de forma que o *progresso* aparecia como o *destino manifesto* da Nação” (CORDEIRO, 2015, p. 91). Isso fica bastante evidente na mensagem pastoral de dom Motta por ocasião do Sesquicentenário, na qual o arcebispo de Aparecida faz elogios à colonização portuguesa que nos deu “a fé católica, com a qual fomos galardoados desde o momento bendito da Primeira Missa” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972). Ao mesmo tempo, o cardeal reforça que os festejos da Independência ofereciam uma oportunidade para celebrar os sentimentos de cristianidade, latinidade, lusitanidade e brasilidade. Tais sentimentos teriam sido essenciais no passado, compunham o presente e deveriam modelar os horizontes de expectativa do Santuário e de todos os fiéis. Assim, a partir do encontro entre a imagem de Aparecida e dom Pedro I, seria possível realizar a “exaltação de uma história-Pátria que cultivava a ideia do povo brasileiro como ordeiro e avesso a conflitos” (CORDEIRO, 2015, p. 91).

Sob esse aspecto, é interessante observar as constantes referências do Santuário ao mito da história incruenta, segundo o qual as grandes transformações na sociedade brasileira teriam se dado sem derramamento de sangue (FICO, 2014, p. 57-58). Na visão de Antônio Maia, congregado mariano e membro da Academia Marial de Aparecida, o Sesquicentenário era “a circunstância ideal desejada para repormos Aparecida no seu devido lugar nos fatos que nos antecederam, nos que constituíram e nos que precederam o famoso ‘Grito do Ipiranga’, a nossa emancipação política dentro de toda paz e harmonia, sem o derramamento de uma única gota de sangue” (MAIA, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida).

Portanto, na visão do Santuário Nacional, incluir Nossa Senhora Aparecida nas comemorações do Sesquicentenário era não só uma forma de contribuir com a reafirmação de uma história oficial da Independência do Brasil, mas também uma maneira de reconhecer a ação divina na história, mais precisamente, a ação de Nossa Senhora. Assim, recuperava-se uma longa sequência de eventos históricos nos quais a ação da padroeira teria sido providencial, evitando grandes conflitos e o “disparo de um único tiro”. Naquele momento, o Santuário mais uma vez oferecia ação de graças pela “mais recente prova desta presença” de Nossa Senhora nos “momentos decisivos” da história do Brasil, qual seja a *revolução* de 1964, que teria “escorraçado impiedosamente o

comunismo, inimigo da civilização e de Deus” (MAIA, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida).

No entanto, mais do que reforçar o sentimento anticomunista, segundo dom Motta, era tempo de “louvar Aparecida e rogar por sua intercessão em favor de todas as graças extraordinárias das quais o Brasil vai precisar, cada vez mais, para o seu progresso material, para a sua ordem moral e a sua fidelidade de país verdadeiramente cristão” (Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972). Ou seja, na perspectiva do Santuário, era tempo de acreditar que Aparecida continuaria derramando suas bênçãos sobre o país se os devotos permanecessem fiéis à Igreja e, em alguma medida, aos valores defendidos pelos arquitetos do “milagre”. Dessa forma, o programa do Santuário para o Sesquicentenário também servia como uma forma de legitimar o regime, que foi capaz de defender os valores cristãos contra o *comunismo ateu* e levar o progresso à cidade de Aparecida, com a construção da Passarela da Fé, por exemplo.

Nesse sentido, a posição do Santuário representa muito bem os novos contornos adquiridos pelo consenso social em torno da ditadura em tempos de milagre econômico. De acordo com Janaina Cordeiro (2015), o pacto social que caracterizou o momento da intervenção militar e os primeiros anos da ditadura – dos quais as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tenham sido talvez, a manifestação mais expressiva – era expressivamente anticomunista. Agregava, igualmente, outros elementos importantes e que constituem determinada cultura política nacional, retomando, por exemplo, certas tradições conservadoras, muitas das quais eminentemente antidemocráticas.

Porém, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *milagre*. Nos anos do governo Médici o pacto construído em torno do regime se modificou profundamente. Com os órgãos de informação e repressão aperfeiçoados e trabalhando intensamente, de fato, a luta contra o comunismo não era mais prioridade dos segmentos sociais que se reuniam em torno do regime. Este, todavia, soube mobilizar, de uma só vez, sentimentos cívicos, nacionalistas e de alívio – na medida em que a nação poderia se sentir livre da ameaça comunista. Uma grande euforia desenvolvimentista, aliada às expectativas de construção de um país moderno tomou lugar e o Santuário Nacional se sentiu uma das maiores testemunhas desse processo.

Ora, essa não era necessariamente a mesma perspectiva da CNBB, que nomeara o arcebispo dom Paulo Evaristo Arns para supervisionar a preparação da missa nacional do Sesquicentenário em São Paulo, onde dom Pedro I proclamara a separação de Portugal, em 1822. Inicialmente, o arcebispo de São Paulo buscou cooperar com as autoridades estaduais e municipais e, sobretudo, com os membros da Comissão

Executiva Estadual (CEE), responsável pela integração de São Paulo aos eventos nacionais ao longo do Sesquicentenário. No entanto, em abril de 1972, o Centro de Informações *Ecclesia* – da arquidiocese de São Paulo – deu mostras de que a visão da CNBB seria bastante crítica ao regime ao questionar se “todos os brasileiros foram promovidos com a ascensão da pátria ao concerto das nações livres” e se “nosso nascimento como Estado independente e soberano foi seguido de um progresso global, de um desenvolvimento integral” (PRANDINI, PETRUCCI & DALE, 1988, p. 102).

Em maio de 1972, os bispos integrantes da presidência e da comissão episcopal de pastoral da CNBB reuniram-se para debater o documento oficial da Igreja sobre o Sesquicentenário. Coordenada pelo presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, a reunião contou com a presença do secretário-geral, dom Ivo Lorscheiter, do vice-presidente, dom Avelar Brandão Vilela, e dos membros da comissão de pastoral, dom Valfredo Tepe, dom Mário Gurgel e dom Lucas Moreira Neves. Após o encontro, os bispos disseram estar alinhados com o discurso de Médici, no qual o presidente afirmava que a “a independência de um país nunca é uma coisa conseguida de uma vez por todas; não é outorgado pelo poder soberano, mas realizado pelo povo” (*Jornal do Comércio*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). No entanto, os bispos e o presidente possuíam, claramente, sentidos diferentes para o mesmo discurso. Se para Médici, a independência estava sendo realizada por um povo generoso, cordial, tolerante e unido, que teria livrado o país do comunismo (MÉDICI, 1973, p. 76-77); os bispos levantavam questões incômodas para a ditadura, ao apontarem, por exemplo, sua preocupação com a “preservação das terras indígenas, ameaçadas por tantas invasões” (*A Província do Pará*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência).

Além disso, em junho de 1972, em um encontro dos bispos do estado de São Paulo, em Brodowski, dom Paulo Evaristo Arns liderou a preparação de “Testemunho de paz”, um dos mais fortes protestos da Igreja contra a tortura – também conhecido como “Documento Brodowski”. Nele, os bispos de São Paulo convocavam os brasileiros a fazerem um “sincero exame de consciência” durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência e, também, pedia às autoridades que respondessem pelos ataques à integridade humana provocados pela prática de tortura nos interrogatórios: “Não é lícito utilizar no interrogatório [...] tortura física, psíquica ou moral [...] Está isso em frontal desacordo com a Constituição” (SERBIN, 2001, p. 277). A censura impediu a divulgação do documento na imprensa, mas a arquidiocese de São Paulo conseguiu distribuir cerca de 50 mil cópias entre seus fiéis. Outras dioceses também imprimiram cópias e divulgaram o documento em suas paróquias. De acordo com Serbin (2001, p. 276), o serviço de informações do Exército observou que o protesto

circulou entre estudantes e o considerou “um documento demagógico, provocador, que semeia “o ódio e instiga à luta, de caráter nitidamente subversivo”.

É justamente nesse sentido que, de acordo com Kenneth Serbin (2001, p. 272), o Sesquicentenário da Independência promoveu uma verdadeira “batalha pelo patriotismo”, envolvendo bispos e militares. Tal disputa ficou bastante evidente em agosto de 1972, quando a CNBB e o regime chegaram a um impasse a respeito das datas e locais da missa nacional do Sesquicentenário. Em razão da disponibilidade da maioria dos bispos em colaborar com os festejos da Independência, o general Antônio Jorge Corrêa pressupôs que a Igreja participaria de um serviço nacional de ação de graças marcado para 7 de setembro, mas *esqueceu* de combinar com a CNBB, que já tinha escolhido 3 de setembro como Dia Nacional de Orações pela Pátria (*O Globo*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). De acordo com o editorial do jornal arquidiocesano *O São Paulo*, alguns poderiam achar estranha a separação de cerimônias, mas explicava que a CNBB queria evitar misturar religião com “o tom festivo, profano e até marcial” da comemoração do governo (*O São Paulo*, 12 ago. 1972, p. 3). A CNBB também considerava ser desejo de centenas de bispos, que partiriam de todas as regiões do Brasil em direção a São Paulo no dia 3, retornar para suas dioceses de origem a tempo para as missas de 7 de setembro, que sempre mobilizaram a Igreja Católica, sobretudo durante a ditadura.

Além disso, dom Aluísio Lorscheider e o governo discordavam quanto ao local para as cerimônias religiosas. Dom Paulo obteve permissão por escrito do gabinete do prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, para realizar a missa da CNBB no monumento do Ipiranga, que comemorava a declaração de independência de dom Pedro I às margens do rio Ipiranga (SERBIN, 2001, p. 273). Em agosto, o general Corrêa ignorou a decisão do prefeito e disse que a remodelação do local para as cerimônias do governo não permitiria que ele fosse usado antes do dia 7. Na verdade, o presidente da CEC queria que os bispos mudassem o *te deum* para 7 de setembro, a fim de cumprir o programa oficial, mas não houve acordo e dom Ivo Lorscheider acabou decidindo que a missa seria celebrada na Praça da Sé no dia 3 de setembro.

Ora, essas disputas internas da CNBB não ressoaram no Santuário Nacional, que recebeu mais de um milhão e meio de romeiros ao longo do ano de 1972, em peregrinações organizadas como parte do programa da Basílica para o Sesquicentenário (MORENO, 2009, p. 72). Os mais diversos segmentos sociais se deslocaram até a Basílica de Aparecida para celebrar a padroeira e rezar pelo progresso do país. Entre maio e dezembro de 1972, motoristas, empregadas domésticas, enfermeiros, professores e lavradores passaram pelo Santuário (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1972), bem como fiéis acompanhados por párocos e bispos de suas dioceses, que atenderam ao

pedido de dom Motta e conduziram dezenas de peregrinações até a Basílica. Segundo dom Antônio Macedo, as romarias de 1972 eram uma forma de retribuir a visita da imagem da padroeira a várias regiões do Brasil durante as peregrinações pelo país entre 1965 e 1968.⁷ Era também uma oportunidade de agradecer pelas bênçãos que Deus havia derramado sobre o país naquele período, pela intercessão de Aparecida.

Assim, durante as missas, que foram celebradas por dom Macedo e por dom Motta, os romeiros eram convidados à reflexão sobre o papel fundamental que a padroeira teve ao longo dos séculos, livrando o país de grandes provações. Era o momento de celebrar a Generalíssima, que com seu braço forte, mas sem perder a ternura, foi capaz de defender o Brasil contra “a sanha dos inimigos de Deus e da Pátria” que queriam implantar no país o comunismo ateu (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1972). Nos púlpitos, ouvia-se o arcebispo coadjutor de Aparecida bradar contra a “satânica propaganda do divórcio, que é um sacrilégio contra o sacramento do matrimônio, um crime de lesa-pátria” (Idem). Para dom Motta e dom Macedo, ao “abençoar a nossa gloriosa independência nacional”:

Devemos pedir a Deus para salvaguardar as nossas famílias, a bem da ordem, do progresso, do desenvolvimento, da unidade e da paz da nossa querida e grande Pátria. Eis porque, ainda, nesta nossa Arquidiocese em todos os sábados deste Sesquicentenário, estão sendo celebradas missas “Pro Patria”: pela santificação da pátria e das famílias brasileiras. Eis porque, também, todos nós cidadãos brasileiros devemos estar dispostos a morrer, antes do que trair as santas leis de Deus e de nossa Pátria (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1972).

Dessa forma, além do sentimento religioso absolutamente mobilizador, os fiéis eram instados a participar da grande comunhão cívica em torno de princípios cívicos muito caros não apenas à ditadura, mas também a setores expressivos da sociedade, como

⁷ Entre 1965 e 1968 foram realizadas várias peregrinações da imagem original de Nossa Senhora Aparecida pelo território nacional, a pedido do presidente Castello Branco. Segundo os padres redentoristas, a visita da imagem de Aparecida às cidades do Brasil teve o objetivo de unir ainda mais os católicos brasileiros, tornar a padroeira mais conhecida, angariar fundos para a construção da nova Basílica, que estava sendo construída desde 1955, e consequentemente fazer com que o comunismo perdesse bastante terreno. Cf. MATHIAS, Mathews Nunes. *Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)*. 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. p. 92-107.

por exemplo, “o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência e a moralidade cristã” (ONGHERO, 2009, p. 108). Ao mesmo tempo, a reunião de romeiros de todas as regiões do país diante do altar de Aparecida, podia relacionar-se à ideia de *integração nacional*, narrativa cara aos militares naquele momento e que por séculos era associada à imagem da padroeira. Além disso, com os pés fincados no presente, os fiéis e o clero de Aparecida também ofereceriam ação de graças pelo “momento extraordinário pelo qual o Brasil estava passando” e rezavam pelo presidente Médici, que deveria contar com as orações de todos para continuar seu trabalho (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1972).

Portanto, em Aparecida, diferentemente de outras regiões do país, não houve batalha entre os bispos e o regime em torno do patriotismo. Pelo contrário, a visão de patriotismo defendida pelo Santuário Nacional complementava o discurso da ditadura em torno da coesão social em prol da construção da grandeza da nação. Tal grandeza era materializada na própria monumentalidade da Basílica, que, embora ainda estivesse em fase de construção, já apresentava os traços de uma arquitetura que simbolizava a fé no *Brasil grande*. Ao mesmo tempo, a partir da devoção à Nossa Senhora Aparecida, o Santuário propunha uma leitura da história que pretendia “disciplinar a vida em sociedade, educar o povo, prepará-lo para a civilização”, como filhos da Pátria e como filhos da Igreja. Nesse sentido, o Santuário Nacional representou um dos setores da Igreja que compôs o clima de otimismo ao longo do Sesquicentenário sem que houvesse necessidade de renunciar a uma ideia de independência que não correspondia aos valores propalados pelo regime. Se alguns setores da CNBB se valiam da efeméride para propor reflexões profundas sobre “o verdadeiro significado da independência do Brasil”, o Santuário Nacional afirmava que o país estava no caminho certo.

É possível dizer que mesmo entre as vozes dissonantes da CNBB, houve busca por diálogo com os militares, o que acabou por tornar a tal batalha pelo patriotismo quase inócua. As disputas em torno de um folheto da missa do Sesquicentenário, que os militares consideraram “ambíguos e de fácil exploração por elementos subversivos” (SERBIN, 2001, p. 277) foram amainadas pela conciliação proposta por dom Luciano José Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju e membro da Comissão Representativa da CNBB. Para o prelado, a cooperação era política exercida havia longo tempo pela CNBB e uma tradição histórica da Igreja Católica brasileira: “Por que deixaria de assim proceder num momento de extraordinária importância quando o país se lança decididamente na trilha do desenvolvimento, delineando no horizonte sua condição de grande potência?” (Ibid., p. 282).

Assim, se o documento preparado pela CNBB tinha por objetivo pedir aos brasileiros que refletissem sobre o verdadeiro significado da independência, a mensagem

pastoral de dom Paulo Evaristo Arns compartilhava da mesma visão de história proposta pela ditadura. No texto, o cardeal Arns exalta os ideais de heroísmo e bravura de dom Pedro I da mesma forma que a CEC buscou retomar “as qualidades de um monarca forte, inteligente, audacioso, impetuoso, mas também sensível às necessidades do povo”, visto que a escolha do imperador como o grande herói do Sesquicentenário não foi tão simples.⁸ Ao mesmo tempo, dom Paulo além de enfatizar as noções de liberdade e patriotismo (associando-os às Forças Armadas), confirmava o mito de uma sociedade brasileira cordial e pacífica ao longo de toda a sua trajetória. Essa perspectiva não deve ser entendida apenas como uma trégua do arcebispo de São Paulo em relação ao regime, pois essa era, a princípio, a própria visão de história e de país que unia tanto os bispos quanto os militares, o que acabou contribuindo, ao fim e ao cabo, para que a grande missa na Praça da Sé ocorresse sem distúrbios e tivesse um papel essencial no ritual de legitimação do regime.

Venceu, portanto, a ideia compartilhada por dom Lucas Moreira Neves – à época, bispo-auxiliar de São Paulo – e outros membros da CNBB, segunda a qual “o momento não pode ser de omissão e sim de participação”. Mesmo que porventura houvesse divergências entre os bispos e o regime, “a Igreja participou dos episódios que antecederam a Independência e o Governo” e, por isso, teria a sua parte nas comemorações. Afinal, “a festa é nitidamente popular” e, como tal, a Igreja Católica faria parte das festividades, exaltando os sentimentos religiosos (*A Notícia*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência).

Viva o Sesquicentenário! Viva Nossa Senhora Aparecida! Viva Médici!⁹

Apesar de toda mobilização do Santuário Nacional para que os despojos de dom Pedro I fossem expostos na Basílica de Aparecida e de todos os argumentos apresentados à CEC no início de 1972, o general Antônio Jorge Corrêa negou o pedido apresentado por dom Macedo em nome de dom Motta. Porém, no dia 2 de setembro de 1972, apenas

⁸ Janaina Cordeiro (2015, p. 99-101) lembra que a personalidade de dom Pedro I era bastante controversa e ambivalente. O herói escolhido pela CEC tinha péssima fama de “intempestivo, violento e traidor”, mas seu gênio violento e seus casos extraconjugais foram solenemente contornados em prol de determinadas características como a autoridade e a audácia. A figura sisuda e militarizada de dom Pedro I combinou muito bem com as qualidades que vários segmentos sociais esperavam do líder máximo da nação.

⁹ Saudações entoadas por um locutor que conduzia uma grande procissão com a imagem de Nossa Senhora Aparecida após a Missa do Sesquicentenário, na Praça da Sé, em 3 de setembro de 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “A grande Missa do Sesquicentenário” In: *Jornal da Tarde*, 04 set.1972.

a passagem do esquife pela cidade, em um trem com destino a São Paulo, atraiu muitos populares na estação de Aparecida (MATHIAS, 2023, p. 177). No dia seguinte, com o repicar dos sinos da Catedral da Sé, a imagem original de Nossa Senhora Aparecida, que estava exposta no interior do templo desde o dia 1º, vinda para a capital paulista especialmente para a missa do Sesquicentenário, foi conduzida por dom Macedo até o altar instalado no centro das escadarias da igreja. A pequena procissão da santa nas mãos do arcebispo coadjutor de Aparecida causou enorme comoção entre os mais de 50 mil fiéis que lotavam a praça da Sé. Palmas, acenos, vivas e lágrimas deram um ar festivo à missa solene que seria celebrada por dom Aloísio Lorscheider, ao lado de dom Ivo Lorscheiter e dom Paulo Evaristo Arns (*Diário Popular*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). Durante o canto de entrada, mais de oitenta bispos de várias dioceses espalhadas pelo país seguiam os celebrantes, entre eles, dom Hélder Câmara, que tinha vindo da Europa especialmente para participar da celebração. A longa fila de prelados contava também com a presença do Patriarca de Lisboa, dom António Ribeiro, que representava o país “que nos legou o catolicismo” (*Folha de São Paulo*, 4 set.1972, p. 7).

À frente do altar, foi colocada uma bandeira do Brasil, com rosas amarelas formando o losango, miosótis azuis compondo o globo, cravos brancos representando as estrelas, palmas inscrevendo “Ordem e Progresso” e folhagens cobrindo o verde. Na tribuna de honra, havia cadeiras para algumas autoridades, como o secretário de Justiça de São Paulo, Oswaldo Muller, representando o governador Laudo Natel; Fernando Guedes, representando o prefeito da cidade, Figueiredo Ferraz; e o ex-vice-governador Porfírio da Paz. Não havia nenhum representante das Forças Armadas. Sinal de que as relações entre Igreja e Estado não estavam tão bem assim. De fato, o desgaste em relação à data e o local da missa, bem como sobre o conteúdo potencialmente “subversivo” dos sermões afastou os militares da cerimônia. Médici viajou para São Paulo naquele mesmo dia para assistir a uma corrida de cavalos no Jockey Clube, mas não apareceu na Praça da Sé (*Jornal da Tarde*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência).

Porém, mesmo deixando a tribuna de honra vazia, o presidente e os militares estiveram presentes nos discursos, sermões e orações entoados ao longo da missa. Após a leitura do Evangelho, ouviu-se uma mensagem especial do papa Paulo VI, transmitida diretamente de Castel Gandolfo. Na alocução, lida em português, o pontífice expressava seu contentamento ao se dirigir ao país que recebeu “o dom da fé, desde os alvares da sua descoberta” e exaltava a “gloriosa tradição cristã” do Brasil que teve início “na Primeira Missa, nas plagas de Porto Seguro” (*O Estado de São Paulo*, 5 set. 1972, p. 22). O papa reconhecia que a Independência era uma “aquisição a se renovar a cada dia”, mas

confiava o Brasil à intercessão de Nossa Senhora Aparecida para que nos tornássemos uma “Nação cada vez mais próspera” (Idem).

Pouco antes da comunhão, o cardeal Arns lembrou a felicidade de “sermos uma só e grande família” e de “estarmos juntos no marco da cristandade do Brasil (...) para agradecer a Deus porque poucas nações do mundo tiveram tantos bons momentos, tanta felicidade como a nossa nos últimos 150 anos” (*Diário Popular*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). Em seguida, os bispos distribuíram mais de 25 mil hóstias e contaram com a ajuda de Jô Soares como acólito. Ao final da missa, o humorista disse que “o cristianismo é uma fonte de vida” e elogiou a “belíssima” cerimônia, que foi encerrada com todos cantando o Hino Nacional (*A Notícia*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). Uma Chevrolet Veraneio azul teve dificuldade de passar pela multidão até chegar ao altar para conduzir a imagem de Aparecida entre os devotos, que davam vivas à Nossa Senhora, ao Sesquicentenário e ao presidente Médici (*Jornal da Tarde*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência).

No dia 7, em todo o país, as tradicionais paradas militares comemoraram os 150 anos de emancipação política e a festa foi grandiosa em todas as capitais. Médici assistiu às cerimônias oficiais, que incluíram um desfile de armamentos pesados e de 18 mil membros das Forças Armadas na Avenida Paulista, coração financeiro da nação independente. Pelo Brasil afora, fiéis compareceram a atos litúrgicos ao som das baladas de sinos e carrilhões de todas as igrejas do país (*Jornal da Tarde*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência).

No estado da Guanabara, o cardeal dom Eugênio Sales celebrou missa (promovida pela comissão estadual dos festejos) na Catedral Metropolitana em homenagem ao Sesquicentenário da Independência, à qual compareceram o governador Chagas Freitas e diversas autoridades civis e militares. Em sua homilia, o cardeal propôs uma reflexão sobre o julgamento que o futuro faria da Igreja: “no atual momento, somos construtores da unidade de todos os brasileiros ou alimentamos ódios e dissensões?” (*Última Hora*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência). Para o arcebispo do Rio, “as restrições que podem ser feitas ao presente devem ser examinadas no contexto da realidade nacional, com o muito que ela encerra de positivo”. Não era tempo de “pessimismo malsão” (Idem).

É bem verdade que nem todas as autoridades eclesiais comungaram do mesmo júbilo frente ao Sesquicentenário. Dom Adriano Hipólito, por exemplo, à época, bispo de Nova Iguaçu, aproveitou a ocasião para criticar o descaso dos governantes para com a Baixada Fluminense e outras áreas que julgava abandonadas pelo poder público (*Boletim Diocesano*, abr. 1972, p.1-3). Ao mesmo tempo, o bispo indagou os motivos pelos

quais, “em nossa região, povoada por tantos e tão dolorosos sofrimentos, pouca importância se tem dado aos festejos cívicos. Também nisso vivemos marginalizados” (*Boletim Diocesano*, jul. 1972, p. 1).

De outra parte, em artigo sobre as atitudes sociais no contexto das comemorações do Sesquicentenário, Janaina Cordeiro (2022) lembra o caso do frei Emiliano Soaede, denunciado ao SNI pelo tenente-coronel Pedro Pereira da Silva, por supostamente ter se negado a colaborar com o Encontro Cívico, realizado no município de Jequitinhonha, Minas Gerais, no dia 21 de abril de 1972, data de abertura dos festejos do sesquicentenário. Frei Soaede era diretor da rádio local, a Rádio Emissora Santa Cruz, e, segundo a denúncia do delegado da cidade, teria negado acesso ao serviço de alto-falante, o que contribuiu para atrasar e prejudicar as celebrações. A atitude do frei, que era holandês, gerou uma série de críticas de teor xenófobo contra o religioso e é bastante representativa de dificuldades enfrentadas por padres que preferiram não “misturar assuntos de política e religião” em suas paróquias.

Considerações finais

Como buscamos demonstrar a partir da atuação do Santuário Nacional, a participação da Igreja Católica nos festejos do Sesquicentenário da Independência não foi marcada exclusivamente pela batalha pelo patriotismo, da qual fala Kenneth Serbin. Houve convergências notáveis entre a hierarquia católica e os militares em relação ao Sesquicentenário que devem ser consideradas. A festa da Independência em 1972, conforme concebida pela ditadura, incorporou uma determinada leitura sobre o passado e sobre o presente, que repercutiu vivamente entre figuras do clero católico. Nesse sentido, bispos e militares se aproximaram na medida que compartilhavam da crença em uma noção de história como a realização do plano de Deus para os brasileiros.

Tal noção, de acordo com Marilena Chauí (2000, p. 58), se estabelece a partir da ideia do “mito fundador” do Brasil “construído” e não descoberto. A construção do país, segundo a autora, é operada por meio de três elementos: “[...] a obra de Deus, isto é, a natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”. Esses elementos estruturam uma narrativa de sagração do aspecto físico, das ações humanas e da condução da colonização e conquista do Brasil pelos portugueses como decorrentes da vontade de Deus e do desejo dos governantes lusos de expansão da fé. Assim, o ritual incorporado aos festejos do Sesquicentenário¹⁰ deu à Igreja Católica uma oportunidade de reforçar uma construção histórica que primava pela identificação da

¹⁰ Conforme Mariza Peirano (2003), consideramos o ritual o fenômeno especial da sociedade, que não só nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas também expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo.

unidade territorial, pela harmonia entre as raças, pela crença religiosa comum e pela exaltação da ação colonizadora dos portugueses.

Essa leitura ficou bastante evidente na forma como a figura de Nossa Senhora Aparecida foi mobilizada ao longo das festividades do Sesquicentenário e do Ano Marial no Santuário Nacional. A imagem da padroeira foi tomada pelo clero de Aparecida como sinal de união dos brasileiros em torno da pátria, que jamais havia sido abandonada por Deus e Nossa Senhora. A missa do Sesquicentenário na Praça da Sé, ainda que sem a presença de militares, também sintetiza perfeitamente a incorporação do discurso comemorativo em voga em 1972. As invocações à Aparecida em ação de graças pelo momento de crescimento econômico, bem como as saudações ao presidente Médici demonstram a relevância e o impacto que a associação criada pela ditadura entre a independência política realizada em 1822 e a independência econômica conquistada em 1972 adquiriu no seio da sociedade e da Igreja Católica. Apontam para o fato de que as associações entre passado e presente propostas pelo regime no ano do sesquicentenário puderam ser amplamente compartilhadas, tendo em vista determinado imaginário cívico-patriótico nacional, que via o dedo de Deus e de Nossa Senhora na construção de um país que, de certa forma, estava sintetizado na grandeza da fé católica expressa na suntuosidade da nova Basílica de Aparecida.

Dessa forma, o estudo do Santuário Nacional nos permite compreender os anos Médici para além das imagens polarizadas sobre o período, construídas e consolidadas em detrimento de uma percepção mais complexa. A participação de instituições como a Igreja Católica no Sesquicentenário, quando não silenciadas, são associadas a determinados setores conservadores da hierarquia eclesiástica. Ao mesmo tempo, o comparecimento de milhares de fiéis às missas e orações pela Pátria tenderam, durante muito tempo, a serem compreendidas como fruto da manipulação do regime e da Igreja. O desafio, atualmente, talvez seja o de compreender a complexidade dos comportamentos sociais, para além dos silêncios ou de alegadas manipulações. Trata-se de compreender como segmentos os mais diversos da sociedade viveram sob e conviveram com a ditadura em seu cotidiano, ora assimilando ora rejeitando suas premissas, de forma dinâmica, conturbada e não linear.

Por isso, ao apontar as diversas convergências entre o clero do Santuário Nacional e mesmo de bispos, que passaram à história como progressistas, e o regime militar, o objetivo deste artigo foi apontar caminhos para a reflexão sobre os silêncios da memória da Igreja Católica sobre a ditadura. A participação do Santuário nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, uma festa cívica de proporções nacionais e que se estendeu ao longo do ano de 1972, são expressivas das formas a partir

das quais a ditadura conseguiu reunir à sua volta apoios dos mais variados tipos. Todos, no entanto, concorrendo para a estabilização do pacto social naquele momento.

Para além dos apoios e adesões entusiasmadas, buscamos compreender também outros tipos de atitudes que conformaram os comportamentos sociais ao longo dos anos Médici. Entre bispos e padres, também foi possível observar a simpatia silenciosa, a apatia e a indiferença, comportamentos distintos entre si, mas igualmente importantes para a compreensão do pacto ditatorial. Nesse sentido, percebemos que a religião católica compôs um importante aspecto do “milagre”, evento social e cultural que transcende suas definições meramente econômicas. Em 1972, Nossa Senhora Aparecida representou, mais uma vez, o sonho do Brasil grande e a ilusão de uma Igreja que, para se manter relevante na sociedade brasileira, pressionava pela continuação do reconhecimento do catolicismo como religião semioficial do país.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. Comemorar e vigiar: o Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: NUNES, João Paulo Avelãs; ABREU, Luciano Aronne de; SOUZA, Miliandre Garcia de; MAIA, Tatyana de Amaral (Orgs.). *A independência e o Brasil independente*. v. 2. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2022, p. 305-327.
- COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (Orgs.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calbeiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ESCRIBANO, Francisc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- _____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- MATHIAS, Mathews Nunes. *Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)*. 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.
- MORENO, Júlio César. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do Turismo religioso*. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ONGHERO, André Luiz. “O ensino de Educação Moral e Cívica: memórias de professores do Oeste de Santa Catarina (1969-1993)”. In: *Revista Horizontes*. Bragança Paulista, v. I, 2009.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed., vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 207-241.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A. e DALE, Romeu (Orgs.). *As Relações Igreja- Estado no Brasil*. v.3. São Paulo: Loyola, 1988.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 3, n. 2, 2011, pp. 203-216.

Fontes

Boletim diocesano – Diocese de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, abril de 1972, n° 40, p. 1-3.

Boletim diocesano – Diocese de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, 16 de julho de 1972, n°s 44 e 45.

BRASIL. *Decreto 69.344*, de 8 de outubro de 1971. Designa Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/10/1971*, Página 8179.

Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos*, código 1J. Pasta 3, 51A e 68.

MAIA, Antônio C.M. *Nossa Senhora e a Independência (o “voto” de D. Pedro I)*, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida. Pasta 55.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O sinal do amanhã*. 2ª ed. Imprensa Nacional, 1973.